

Errata:

Na página 23 do artigo intitulado “O esporte como inclusão de gênero e a interseccionalidade nos países africanos/PALOP”, de autoria de Ineildes Calheiro, inclui-se os seguintes agradecimentos:

Agradecimentos

Teço agradecimentos às instituições de fomento: FUNCAP - Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico (DCR) e CNPq - Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico pela bolsa e auxílio à pesquisa de pós-doutoramento, bem como à UNILAB/Ce pela acolhida para o desenvolvimento da pesquisa.

Sou grata às docentes: Dra. Larissa Gabarra (supervisora da pesquisa) e Dra. Natalia Cabanillas pelo apoio e diversas contribuições.

Agradeço em especial a colaboração das mulheres africanas e às guineenses Banuma e Dipellian, bem como ao seu esposo Moisés, pelo carinho e acolhida.

O esporte como inclusão de gênero e a interseccionalidade nos países africanos/PALOP

Ineildes Calheiro dos Santos¹

Resumo: O presente estudo pauta-se como resultado de pesquisa pós-doutoral, financiado por órgãos de fomento à pesquisa, desenvolvido na UNILAB (Nordeste brasileiro) pelo seu contexto de integração com países africanos e com grande número de estudantes da África-PALOP (Países africanos de língua oficial portuguesa) - sendo a população desta pesquisa mulheres de origem africana. Teórico-metodologicamente se fundamenta em estudos decoloniais, feminismos africanos e feminismos negros, utiliza o método de intervenção, entrevistas e observação in loco. Recorta como principal território a Guiné-Bissau e o futebol como a modalidade esportiva por ser globalmente lugar do homem, machocêntrico, heterossexual e branco (no Ocidente). E como se caracteriza em países africanos? Objetiva-se discutir e difundir conhecimentos a respeito de inclusão e interseccionalidades no esporte na África, destacando as relações de gênero, trabalho e poder. Nos resultados, as concepções de gênero e esporte na África-PALOP representadas pelo futebol em Guiné-Bissau, apresentou-se como lugar de conflito, insubmissão e empoderamento e suscita pensar em resignificação da tradição. Tais fatores impulsionaram algumas inclusões de gênero, estas, integralmente são negras, provocando refletir em um modelo de inclusão sem a perspectiva do racismo. Contudo, há complexidade.

Palavras-chave: interseccionalidade; gênero/esporte; África.

¹ Doutora em Difusão do Conhecimento (bolsa CAPES) pelo DMMDC- Doutorado Multi-Institucional e Multidisciplinar / Universidade Federal da Bahia (Linha cultura e transversalidade)

El deporte como inclusión de género y interseccionalidad los países africanos /PALOP

Resumen: El presente estudio se basa en el resultado de una investigación postdoctoral, financiada por entidades financiadoras de investigación, desarrollada en la UNILAB (Nordeste brasileño) debido a su contexto de integración con países africanos y con un gran número de estudiantes de África-PALOP (países africanos de habla portuguesa) siendo la población de esta investigación mujeres de origen africano. Teórico-metodológico se fundamenta en estudios decoloniales, feminismos africanos y feminismos negros, utilizando el método de intervención, entrevista y observación en el sitio. Su territorio principal es Guinea-Bissau y el fútbol es un deporte porque es globalmente un lugar para hombres, machistas, heterosexuales y blancos (en Occidente). ¿Y cómo se caracteriza en los países africanos? El objetivo es discutir y difundir conocimientos sobre la inclusión y las interseccionalidades en el deporte en África, destacando las relaciones de género, trabajo y poder. En los resultados, las concepciones de género y deporte en África-PALOP representadas por el fútbol en Guinea-Bissau, se presentaron como un lugar de conflicto, insumisión y empoderamiento y suscitan reflexiones sobre la resignificación de la tradición. Tales factores impulsaron algunas inclusiones de género, íntegramente negras, lo que llevó a reflexionar sobre un modelo de inclusión sin la perspectiva del racismo. Sin embargo, hay complejidad.

Palabras clave: interseccionalidad; género/deporte; África.

Introdução

O presente texto é um recorte de resultados da pesquisa pós-doutoral, intitulada *“Descolonize-cis! interseccionalidade no esporte em Guiné-Bissau: LGBTQI-negrxs e trabalho”*, financiada pelas seguintes instituições brasileiras: FUNCAP/Ce e CNPq². Foi desenvolvida no período de dois anos e dois meses (de 2022-2024) na UNILAB - Universidade da Integração Internacional da Lusofonia Afro-brasileira, localizada em Acarape e Redenção (interior do Ceará/Brasil), constituída de grande contingente de estudantes do PALOP - Países africanos de língua oficial portuguesa. A pesquisa delimitou a Guiné-Bissau e incluiu outros países desse grupo, os quais surgiram no decorrer do estudo, tonando-se

2 FUNCAP – Fundação Cearense de Apoio ao Desenvolvimento Científico e Tecnológico- Diretoria Científica e Tecnológica; CNPq- Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico.

elemento importante e significativo para o alcance dos objetivos.

A fim de apresentar resultados, o objetivo deste texto é discutir e difundir conhecimentos a respeito de inclusão e interseccionalidades no esporte africano (PALOP), destacando as relações de gênero, trabalho e poder, e, para além, relacionar o esporte como objeto de conhecimento científico e de inclusão. O texto discute gênero, raça e território por meio do futebol em Guiné-Bissau, um dos países do PALOP, e tendo o esporte como caminho, destaca cultura/tradição, violência de gênero, concepções políticas e a relação de gênero no trabalho, a fim de discutir a respeito dos problemas de gênero interno, isto é, no contexto dos países africanos e refletir no contexto externo, ou seja, de fora para dentro, que é a questão da colonialidade de poder (Quijano, 2002).

Este estudo refere-se exclusivamente às análises dos materiais produzidos em Guiné-Bissau, que se deram por intermédio da (minha) visita ao país, sucedida entre março e junho do ano de 2023, um período de quase três meses - Significativa fase da pesquisa que corroborou de forma expressiva nos resultados. Entre os objetivos se requer destacar a categoria gênero, uma dimensão importante na pesquisa, fundamentada nos estudos da nigeriana Chimamanda Adichie (2015, 2017) que relaciona corpos, raça, classe e território com as experiências das meninas e mulheres nigerianas.

Desta maneira, por um momento descentralizou-se do contexto queer/LGBTQIA+ e enfatiza a categoria cisgênero³ (Jesus, 2012; Oliveira, 2017), sendo o termo “cis” o que moveu a pesquisa, a fim de que, de um lado, possa-se pensar a crítica às normas heteronormativa africana e, do outro, na descolonização do pensamento em relação ao continente, e, como se costuma dizer: em relação à África.

Assim sendo, o texto foi estruturado da seguinte forma: após apresentar os procedimentos metodológicos, na primeira parte discute-se a questão de gênero em Guiné-Bissau no contexto da cultura/tradição e as consequências da colonização; em seguida, adentra ao debate das mulheres nos esportes neste país, embasando-se nas observações e em depoimentos; a última parte relaciona o futebol com o trabalho, refletindo sobre inclusão, esporte e sociedade, refletindo na interseccionalidade, e, longe da ideia de cosmovisão africana, de

3 Termo cis significa: conformidade com o sexo consignado ao nascimento (JESUS, 2012). E cisgeneridade, conforme Megg Rayara (Oliveira 2017) o termo foi criado pela transexual Julia Serrano e tem relação com ligações químicas cruzadas, o “outro” e os desajustes. Compreende-se então, como a oposição ao transgênero.

forma crítica reflete-se em um modelo de sociedade como caminho para a inclusão sem racismo. E conclui-se com as considerações.

Os processos metodológicos

Para este texto, teoricamente se fundamentou em estudos decoloniais: cultura africana, gênero, feminismos africanos e feminismos negros. E, na oportunidade valeu-se de estudos específicos do Brasil, bem como, estudos próprios da pesquisadora que vos escreve. Desenvolvida em dois momentos. O primeiro se deu no interior do Ceará – neste, ocorreu a organização da pesquisa, aprofundamento teórico e preparação; no segundo momento: aprofundou-se os materiais e os conhecimentos, iniciando as observações e acompanhamentos dos eventos científicos, esportivos e culturais na UNILAB/Ce⁴. Estes foram utilizados como métodos.

Em seguida, os materiais foram compilados, realizado levantamentos e o tratamento dos dados. Esta parte se complementou com o intercâmbio com a Guiné-Bissau, sendo realizado amplas atividades, como: visitas à instituições, observações e acompanhamento de eventos esportivos e culturais, rodas de conversas, palestra e curso. Algumas vezes atuei como pesquisadora, em outros, como discente e observadora. De método de intervenção, teve como material empírico um conjunto de ferramentas apresentadas, uma parte no interior do Ceará/Brasil outra em Guiné-Bissau.

No país africano foram produzidos materiais consubstanciados pelas visitas: Associação esportiva Maranata (Escola de futebol comunitária de Guiné-Bissau), Federação de Futebol, Comitê Olímpico, Escola Nacional de Educação Física - ENEFED e Associação de Gênero. Com várias atividades realizadas, como se destacam as conversas/depoimentos, roda de conversa com as mulheres jogadoras e trabalhadoras da Federação de futebol guineense, nas funções de árbitras e da gestão, além de relações ocorridas com pessoas da gestão destas instituições. Destaca-se também o curso organizado pela CEPEMG-GB – Centro de estudo e pesquisa sobre mulher e gênero na Guiné-Bissau, a colaboração da coordenadora da associação de combate a violência de gênero – “Mindjer Ika

4 Na UNILAB não há curso de Educação Física, mas, os discentes (incluindo as mulheres) se organizam e fazem eventos esportivos na comunidade; competições e treinamentos. Estes eventos citados foram organizados pela pesquisadora, a fim da pesquisa. Além de observar os eventos organizados pelos estudantes africanos, que incluem todas as nações do PALOP. Talvez este seja o único momento deles e delas (próprios).

Tambur” (Mulher não é tambor), e ativistas mulçumanas do feminismo africano.

No entanto, para este estudo foi selecionado uma pequena parte deste vasto material: a visita na Federação, a conversa com árbitras de futebol e com a coordenadora da Associação de gênero. Quatro interlocutoras. Delimitou-se o futebol como modalidade esportiva e as diversas funções relacionando como trabalho, e como território principal a Guiné-Bissau. Apesar da pesquisa em questão destacar a categoria queer/LGBTQIA+ e trazer a crítica cisgênero⁵ na perspectiva africana, no entanto, este texto tem como recorte principal mulheres (cis) “cisgênero”, a fim de complementar o estudo do destaque do gênero.

Partindo destas perspectivas, o presente estudo buscou discutir como intersecções de corpo, gênero e trabalho se refletem na África PALOP. Os resultados da análise revelaram uma diversidade de experiências a partir do esporte e aspectos em relação à inclusão de gênero.

Resultados

Gênero em Guiné-Bissau: cultura e tradição (política) africana

Guiné-Bissau é um dos países que integra os PALOPs – Países de Língua Oficial Portuguesa. Em seu estudo acerca de nação, identidades e pós-colonialismos a autora Moema Augel (2007) na obra “O desafio do Escombros” destaca o panorama do país antes da colonização, os primeiros contatos com os portugueses, a colonização e a luta armada, o período pós-independência, o conflito armado de 1998-1999, retrata os onze meses de guerra e o luto, o período pós-guerra e a situação social do país: destruído por esses desastres coloniais. Porém, ressurgem em meio aos escombros em uma incessante luta pela reconstrução.

No processo de descolonização, a língua local, crioula, aparece como um escudo. Uma reação anticolonial. E na literatura guineense, a história que ficou. O crioulo, a língua veicular dos guineenses era proibida nas escolas e desprezada pelos colonizadores portugueses. Saber ler em português e civilizar-se, era cartão de identidade. A era da colonialidade.

5 Um estudo centralizando a categoria queer/LGBTQIA+ na perspectiva africana relacionada ao esporte, foi publicado por intermédio desta pesquisa (C.f.: Calheiro, 2023).

Vencendo a guerra contra a colonização portuguesa (em 1973) em um processo de unidade com Cabo Verde por meio do PAIGC - partido africano para a Independência da Guiné-Bissau e Cabo Verde (Coutinho, 2017), segue para a fase de reconstrução, repensando a sociedade, a educação, o trabalho e as relações humanas internas, mas, pouco refletiu nos problemas de gênero, suscitando críticas. E conforme a guineense Patrícia Godinho Gomes (2016), “a luta armada de libertação nacional desencadeada entre os anos 1960 e 1970 conseguiu aglutinar em torno de uma causa comum os diferentes povos. Nesse processo, as mulheres participaram ativamente”, mas os estudos não as enfatizam.

Apesar de que, Amílcar Cabral, líder da libertação nacional enfatizou a participação das mulheres em seus discursos no movimento da luta armada (Coutinho, 2017), porém, a comitiva masculina não acolhia. Assim, o enfrentamento à dominação masculina, um dos legados tóxicos da colonização, tornou-se um dos maiores desafios para o gênero – a (in)visibilidade das mulheres na história da luta da libertação nacional. “Em 1945 estava determinado que os únicos cidadãos portugueses com direito a voto eram homens que tinham idade, tinham sido emancipados, que podiam ler e escrever ou que pagavam uma certa quantia de impostos” (Coutinho, 2017, p. 5).

Conforme autoras guineenses dos estudos de gênero o enfrentamento começa com o recontar a história das mulheres, ocultas desse processo. Registros de marcos simbólicos, como a “Praça Titina Silá” (em Guiné Bissau), na qual está fincada a sua estátua, revela mulheres no comando, na liderança, em igualdade com os homens. Mulher que atuou na liderança ao lado de Amílcar Cabral na luta armada, foi assassinada dias após os colonizadores assassinarem o líder⁶. Não obstante o heroísmo (Vilen, 2013), é possível um único homem vencer uma luta contra dragões? É possível mulheres ficarem de fora de uma luta nacional?

Para proceder a descolonização do pensamento, torna-se necessário a visibilidade das mulheres na luta armada, não como simplesmente participação, mas, no protagonismo (Coutinho, 2017). Colonizado, “a partir da década de 1960, o país enfrentou severas secas, em 1975, a taxa geral de desemprego era de 50% da população ativa. A pesca era fundamentalmente artesanal e havia pouca pro-

6 Sobre Titina Silá, não foi encontrado na historiografia africana. Sua história oral é conhecida nos Palops por conta do contexto da luta armada. É enfatizada em Guiné-Bissau, inclusive pelas feministas/ativistas. Nos estudos africanos no Brasil a líder em questão é igualmente desconhecida, pois, a história da luta armada é apresentada na perspectiva androcêntrica. E assim, difunde-se Amílcar Cabral.

dução industrial” (Coutinho, 2017, p.8.Tradução própria). A violência de gênero cresce entre os guineenses e se torna um dos legados tóxicos da colonização e a real libertação das mulheres tornou-se uma luta específica de gênero.

Os problemas de gênero em países africanos englobam a violência, principalmente física e psicológica, tomando o cenário africano, e propostas de leis são sugeridas a partir do feminismo (Facio, 2006) para combatê-los. É fato que a colonização encadeou múltiplas violências em países africanos, e, todavia, os estudos também mostram a tradição africana nesta empreitada, reverberando na naturalização das práticas.

Um mapeamento elaborado por várias mãos (Cleurismar Silva e colaboradoras), da “Casa dos Direitos”, em Guiné-Bissau, ilustrado no texto *“A violência contra as meninas e mulheres: causas sociais e culturais e proteção legal”*, (Silva, et al. 2015) traz um retrato da violência de gênero por meio de dados, datados de aproximadamente duas décadas, aborda cultura/tradição, elenca um conjunto de fatores socioculturais e políticos associados à violência de gênero, conforme destacado abaixo.

Quadro 1. Fatores de gênero socioculturais e políticos
Alguns dos principais Fatores de gênero / socioculturais e políticos

1	Casamento precoce e forçado
2	Excisão/mutilação genital feminina
3	Desigualdade de gênero
4	Violência sexual
5	Poligamia,
6	A mulher como herança do homem

Fonte: Casa dos Direitos (Silva, et al. 2015). Quadro auto elaborado

O último ponto (6) do quadro I trata-se da prática de um irmão ou sobrinho do marido herdar a mulher (em caso de morte do marido). Diante de um cenário de violência e desigualdade de gênero no país, observemos alguns dados apresentados no quando II em percentuais.

Quadro 2. Dados da violência de gênero
Alguns dados da violência contra meninas e mulheres em Guiné-Bissau

42%	Mulheres dos 15 aos 49 anos de idade que considera aceitável o marido bater na “sua” mulher
60%	Mulheres casadas com homens pelo menos 10 anos mais velhos
50%	Meninas que até aos 14 anos foram submetidas à MGF – mutilação genital feminina
13%	Mulheres que defendem a continuação da pratica da excisão/MGF.
37%	Meninas casadas antes dos 18 anos
3,7%	Rapazes casados antes dos 18 anos

Fonte: Casa dos Direitos (Silva, et al. 2015). Quadro auto elaborado

A excisão feminina, prática que ainda ocorre, visto que 50% foi o percentual de meninas submetidas nas últimas duas décadas, porém, o percentual de mulheres que defendem tal prática (13%) tem reduzido drasticamente, o que remete em parte, a reflexão da ressignificação da cultura/tradição de gênero em países africanos do Palop.

Conforme a lei nacional, nº. 14/2011, a excisão genital nas mulheres é crime (Silva et al, 2015). Nessa mesma direção destaca-se a violência sexual, e que igualmente é crime no país, conforme a Lei nº 6/2014. Art. 25º, com punição de pena de prisão de 3 a 12 anos. Conforme o texto analisado, neste mapeamento de fatores, este último é apontado como um dos mais complicados e difíceis crimes a solucionar. A violação sexual acontece em diferentes contextos e com mulheres de diferentes idades. As situações de violência sexual e doenças sexualmente transmissíveis em meninas com idade inferior a 10 anos, são alarmantes e são registradas no Hospital Nacional Simão Mendes e Casa Emanuel (Silva, et al, 2015).

Diante do exposto, em que se insere a igualdade de gênero na tradição africana? Sob essa indagação, nota-se que a violências de gênero existiam mesmo em sociedades matriarcais, e as vítimas, muitas vezes, em nome da tradição se colocavam e se colocam “de acordo”, como observa-se no quadro II. A violência de gênero, no entanto, aparece maquiada em forma de tradição, cultura e religião, portanto, está sendo confrontada e desvendada, e como ilustra Rita Se-

gato (2012) destacando a população indígena, no texto nucleórico para lançar lua neste debate, a tradição tem sido um percalço para o alcance da igualdade de gênero, por ser justificativa dos caciques, porém (para a autora), são formas de justificar a violência, institucionalizar e naturalizar. Nesse sentido, qual os caminhos para as mudanças?

Autoras dos estudos de gênero centradas na tradição africana demonstram o “poder” das mulheres africanas na tradição, como as guerreiras, sobretudo as Amazonas de Daomé, a angolana Nzinga Mbandi (Fonseca, 2015), o matriarcado e a matrilinearidade centrados prioritariamente nas mulheres (Amadiume, 2005), e nesse caso, a cozinha não era (ou não é) questão de gênero. Revelam a complexidade do casamento ao relatarem outro contexto: ocorrido entre mulheres – “mulher/mulher”, “marido/fêmea” (Oyéwúmi, 2021) e, todavia, não se conceitua como homossexualidade, apesar das controvérsias (Ekine, 2016; Calheiro, 2023).

Conforme as autoras da tradição, tais práticas existem. Apesar destas constatações é importante considerar que, na tradição, também se utilizou estratégias de submissão das mulheres em algumas práticas, como o casamento forçado, precoce e com homens décadas mais velhos, bem como, na poligamia (Chiziane, 2004), é exclusividade dos homens possuir várias mulheres. Apesar das barreiras há insubmissões, como destaca-se a guineense Yolanda Garrafão (2022) em sua pesquisa de mestrado desenvolvida no Brasil a respeito de “O casamento da etnia Pepel e suas ressignificações na contemporaneidade”, na qual, mostra as mudanças que as mulheres fazem na cultura.

Por sua vez, quando a nigeriana Chimamanda Adichie (2015) defende que a parte da cultura africana que violenta as mulheres deve ser extirpada, ela não está abandonando a sua cultura, mas, trazendo um outro olhar. Para que as mulheres alcancem esta dimensão crítica da autora é preciso práticas de empoderamento. Diante disso, é relevante pensar nas formas possíveis de empoderamento de gênero nos PALOPs, e o esporte se apresenta nesta dimensão. Lugar em que se intersecciona gênero, raça (mulheres negras), classe e queer (LGBTQIA+), legitima-se a inclusão e luta-se pela igualdade.

As mulheres nos esportes em Guiné-Bissau: empoderamento e inclusão

Partindo da seguinte indagação: como se dá as participações e relações de gênero nos esportes em Guiné-Bissau? E, como, o Brasil, crescente em estudos nesta temática, contribui para esta compreensão? Embora não se trata aqui de um estudo comparativo, o Brasil, de certa forma contribui trazendo um pouco da história das mulheres no esporte. Ponderando algumas similaridades com países do Palop: foi colônia de Portugal, por mais de três séculos escravizado (oficialmente até 1888) com o sequestro das pessoas africanas; várias lutas aconteceram em prol da libertação colonial e da escravidão denominadas de rebelião (Reis, 2003) e a população negra durante e após esse processo foi excluída (Santos, 2018).

No setor esportivo houve proibição dos negros (Santos, 1981) e na categoria gênero ocorreu proibição para as mulheres, nas modalidades consideradas próprias dos homens, como o futebol e lutas, no período entre 1941 a 1979 (Lessa, 2005) fortalecida pela ditadura militar (1964-985), contudo, ocorreu o drible das mulheres no conservadorismo (Ceva, et al, 2014). Assim, os enfrentamentos das atletas brasileiras se dão em várias frentes e os maiores desafios se inserem no contexto da dominação masculina e do racismo vigente no país, chegando ao extremo com a exclusão das mulheres negras, diante do desaparecimento desta categoria no futebol brasileiro (Santos, 2021). Conforme destaca o feminismo negro, as mulheres negras vivem a múltipla opressão interseccionando o gênero, a raça, a classe. Flagra-se a interseccionalidade no jogo.

Esta compreensão dos arranjos das várias categorias de opressão, embasadas em gênero, raça e classe foi conceituada como “interseccionalidade” (Crenshaw, 2002) pela autora norte-americana do feminismo negro. Experienciadas em um único corpo, como por exemplo: ser mulher, negra, empobrecida (excluída da sociedade), vítima do racismo e explorada (Gonzalez, 2020).

Segundo teóricas/os de origem africana o conceito de interseccionalidade não é presente em África pelo fato de fundamentar-se nos três eixos norteadores (gênero, raça e classe) e pautarem-se nas vertentes ocidentais. Tais categorias na África destoam da América Latina e do Ocidente: a classe - pelas diversas formas de economia africana, não centralizada em capitalismo (Furtado, 2012; Rocha, 2017); a raça – por supor-se que africanos são naturalmente negros. Além

de que, conforme Oyeronkè Oyèwúmí (2021) “raça”, como categoria é rejeitada por ter sido criada pelos europeus. Por fim, gênero na África é complexo.

Constata-se várias correntes de pensamentos sobre o gênero na África (Calheiro; Oliveira, 2018): uma comprova a igualdade, outra a desigualdade, e uma terceira corrente também comprova sexualidades/queer (LGBTQIA+) inclusive na tradição (Calheiro, 2023). Portanto, discutir a interseccionalidade na África internamente é também complexa, mas, importante, a fim de pensar a raça em termos global, mostrar outras configurações de economia e a descentralização do gênero.

Destarte, de que forma discutir problemas de gênero em Guiné-Bissau, diante das barreiras da cultura/tradição? E como o esporte lança luz sobre estas questões e mostra um caminho possível?

Sobre as mulheres nos esportes guineenses destacamos o futebol e as funções de mando, e no Brasil, na UNILAB, foi difícil adentrar a esta camada social, pelo desconhecimento das/os estudantes guineenses. E mesmo diante desta escassez a imagem e o nome de Leopoldina chegou aos meus conhecimentos através de colaboradores, pelo Whatzapp. Não encontrando estudos no Brasil sobre a temática, também não foi encontrado no país africano. E ao chegar no país em questão, passei a ir em busca de fontes para o desenvolvimento da pesquisa.

Sem fontes, sem materiais bibliográficos específicos do tema, os materiais empíricos foram fundamentais e as instituições visitadas, como a Federação Guineense, evidenciaram dados importantes. Esta visita foi articulada por Dippelian, que se tornou minha grande irmã guineense, me acolheu em sua casa e muito ajudou na pesquisa. Ela havia estudado a graduação no Brasil, falava fluentemente o português e em muitos momentos, juntas, conversamos sobre diversos temas: cultura, política, religião, gênero, raça/etnia e racismo.

A mesma sendo envolvida com política a acompanhei em vários encontros de organização de mulheres para o Parlamento, um campo forte de luta de inclusão de gênero neste território. E pelo fato de ter estudado o ensino básico com a secretária da Federação Guineense, foi estratégica, ao fazer o contato com a mesma, agendou a visita. E lá fomos.

Na Federação deparei-me com vários fenômenos sociais, dentre os quais, dois foram surpreendentes: as duas primeiras árbitras do país estavam presentes atuando como trabalhadoras; a pessoa da foto do Whatzapp estava ali, na minha frente. Leopoldina - Minha reação foi chorar. Chorei e ela me abraçou com muito carinho. O que senti não sei. Mas, parecia um encontro ancestral. Foi algo profundo. Um entrecruzamento de caminhos: o desvendamento da pesquisa; uma mulher negra valorizada na sua profissão, aliás, uma leoa: na sua trajetória foi campeã de luta, integrante da Fifa como árbitra, membro do comitê olímpico, professora de Educação Física e ocupante de função na Federação de futebol Guineense. E como se não bastasse tudo isso, fisicamente nos parecíamos - Corpo, cor e cabelo, e temos a mesma idade – era 48 anos naquele momento.

Sendo difícil agendar entrevistas com estas profissionais do esporte, ocorreu um diálogo aberto, uma roda de conversa na própria Federação, o local do trabalho. Devido a ausência do Presidente no momento da visita, a responsável pela principal cadeira era uma mulher, a qual fui apresentada: guineense, mulher, negra, de tez preta. Um estranhamento para uma pesquisadora negra brasileira ao ver mulheres deste perfil inclusas nesta instituição e ocupar funções importantes. O estranhamento se deu no campo do sexo e da raça por se tratar de uma instituição que, no Brasil (CBF), não inclui mulheres no comando, e menos ainda pessoas negras. Contraditoriamente, neste país africano as mulheres envolvidas neste estudo, em sua totalidade são negras e a cor da pele não influenciou nas inclusões.

Não é como no Brasil, que tem uma polarização racial e essa vertente justifica a problemática da desigualdade e exclusão.

Essa vertente leva à problemática, no Brasil, da valorização/desvalorização, inferioridade/superioridade das pessoas vistas a partir da cor da pele, surgindo neologismos raciais, como a loira e a “negra entre aspas” e “negra real”, para pensar em como se dá as formas de desigualdades sociais [...]. A cor da pele tem influência nas inclusões e nas questões de inserção no Brasil [...]. Negra entre aspas é entendida como a mulata, e “negra mesmo” é a preta, que é a “negra real”. [...] conflito das culturas transformadas em conflito das raças. “Negra entre aspas” também está associado a uma cor que, no Brasil é mais aceita, e ao mesmo tempo é parte do preconceito quando se compara ao padrão branco (Santos, 2021, p.66).

A citação retrata as configurações que levam á desigualdades raciais no Brasil e foi incluída no texto para mostrar que há outras formas de organização que não se pautam em exclusão racial. Pois, ao contrário do Brasil, em Guiné-Bissau não foi encontrado “negra entre aspas”, o que se observa é que são “negras mesmos”. Isto é, há uma consciência racial que não divide a população por raça/cor, e ainda que, havendo polaridades de tons de pele e texturas de cabelo, contudo, não é o que organiza as desigualdades.

Apresentada às duas primeiras árbitras do país: Leopoldina e Artemisa, conversamos. Apesar de conversamos em grupo não se caracterizou como o método de grupo focal, por não estar de acordo com as exigências técnicas e éticas desta. Contudo, foi possível extrair dados, conhecimentos e compreensões desta roda de conversa com as mulheres ocupantes de importantes função na Instituição.

Artemisa – foi a primeira árbitra guineense. Jogadora de futebol, com mais de 60 anos de idade não mais atuante na arbitragem, trabalha na instituição, administra as competições de ambos os sexos, elabora as tabelas de jogos e pessoalmente dá assistência nos locais, ampliando a função, conhecida no Brasil (CBF) como delegada de jogo. E se desloca em vários campos em que ocorre as competições. Inclusive, nos encontramos também em um desses jogos, no qual, distendemos a conversa iniciada na Federação.

Ao relatar sua trajetória como jogadora e árbitra, expressa que se esbarrou com as dificuldades, dentre estas, as limitações da religião mulçumana e o limite do sexo. Como jogadora de futebol atuou poucas vezes por conta dessas imposições. A religião, na época, era muito mais difícil. Admite. E Leopoldina foi a segunda árbitra do país.

Um dado extraordinário que se insere no contexto da cultura/tradição e está posto no esporte, é a categoria religião. Posto que, várias atletas guineenses são muçulmanas, isto foi constatado ao acompanhar a competição futebolística nacional e nas visitas realizada à Escola de futebol – Maranata (Associação comunitária). No ensejo, questiono sobre a participação das mulheres mulçumanas (religião de uma grande parcela da população), devido as regras do casamento precoce e/ou forçado conforme discutimos no início deste texto.

Na citada Escola de futebol, com um significativo número de meninas (crianças, adolescentes) e mulheres, e que participam da competição nacional, algumas jogadoras são muçulmanas. Sobre este assunto, é enfatizado que atualmente a religião não atrapalha - Elas são liberadas para jogar. Esse tema foi aprofundado e o olhar de uma estudiosa no tema de gênero que tem o “lugar de fala” (Ribeiro, 2017) amplia essa compreensão - A coordenadora da Associação “Mindjer Ika Tambur” (Mulher não é tambor) - uma organização que defende os direitos humanos das mulheres, trabalhando para dar visibilidade aos casos que são invisibilizados, busca amparo para as desamparadas (aqui vou nomear de MIT), ajuda a compreender essa questão, relacionando gênero, esporte e religião tradicional. Ao perguntar-lhe se é proibido ser atleta de futebol sendo muçulmana, ela explicita:

Bom, eu acho que talvez não seria proibir diretamente. Só que o estilo de vida que se espera que a mulher mulçumana tenha, talvez não vá combinar com o esporte. Pra começar, na vestimenta. O próprio traje que uma mulher mulçumana veste talvez não vá ser favorável dentro do campo, né, porque você vai colocar uma burca e aí, de certa forma, um vestido tão longo que não permite muita movimentação pra pessoa estar à vontade dentro da arena. Então, eu acho que esse lugar da mulher mulçumana ou islâmica, colocada muito no doméstico, como sendo uma pessoa que, de certa forma, “pertence” ao marido, que a beleza dela é do marido... Então, fica mais restrita, a depender-se do marido, do que realmente o que ela quer da sua vida (coordenadora da MIT, 2023).

O exposto insere os limites da mulher e direciona para Sirin Sibai (2012, p. 58) que discorre sobre colonialidade e feminismo islâmico e a invenção da cultura, e expressa a produção de colonialidades múltiplas. A mesma cita Abu-Lughod (1991,1993 apud Sibai, 2012) que especifica a essencialização e uma ampla linha de gradações ideológicas, culturais, políticas e religiosas, que vão arredondar na criação ou invenção de uma área cultural. (Tradução própria). Mas há insubmissão, mesmo que as práticas de empoderamento não tenham chegado a todas as mulheres.

Talvez, as mulheres mulçumanas que se dedicam ao esporte são, de certa forma, as que tentam transgredir essas regras impostas a elas através da crença religiosa. Então, eu acho que pode ser uma grande barreira, sim, para as mulheres islâmicas poderem estar à vontade no

esporte. Até porque aqui, no mundo do esporte, não tem muitas mulheres também que são treinadoras. Nunca conheci uma mulher que seja treinadora de futebol. Então, sempre é um mundo no qual tem as mulheres mais orientadas pelos homens. Então, de certa forma, muitos pais não se sentem seguros em ver meninas nesse mundo, orientadas pelos homens. [...]. Então, tem muitas barreiras além da dimensão religiosa, mas também tem relação de poder, relação de assédio entre homens para com as mulheres. (Coordenadora da MIT/2023).

O esporte aparece como lugar de insubmissão à tradição Islâmica, retratado na fala acima. Na luta do desenvolvimento e descolonização guineense, a questão do gênero tem sido uma grande problemática e tudo parece passar em nome da tradição, ao mesmo tempo em que há um processo novo se constituindo no país – As mudanças que vêm ocorrendo gradativamente. Assim, gênero no esporte aparece como um lugar de confronto da tradição.

“Estamos evoluindo!”: o futebol no contexto das relações de gênero e trabalho em Guiné-Bissau

Em relação a função de arbitragem em futebol, nos relatos mostra-se a dominação masculina, a dificuldade de mulheres ocupar estes espaços: “é difícil [...] é mais dominante [...]”. As expressões retratam que há mulheres na arbitragem, mas que, os homens são maioria. E diante da expressiva narrativa: “você tem que ter muita coragem, porque tem os afazeres domésticos também”. (Árbitra guineense/ 2023). Estamos diante da dupla opressão? Ou se trata de dupla função? “Estamos (elas estão) evoluindo?”

Em meio ao um bate-bola (conversa) na Federação guineense, alguém chegou à porta: “Com licença! Essa é a secretária!”. “Estamos evoluindo”. Não somos muitas, mas estamos melhorando.

Esse recorte mostra o esporte como inclusão de gênero e trabalho em funções relevantes no mundo do esporte. O desenvolvimento se apresenta tendo o esporte como caminho.

Uma experiente árbitra guineense, atuante no país, mas, na FIFA é ex-integrante, contribui ao falar sobre relações de gênero, futebol profissional e trabalho nesta função. Professora, graduada em ensino superior, tem três filhos e

atua como árbitra há vinte anos. Ao destacar sua trajetória nos conta um pouco da história das mulheres neste esporte.

Fiz o curso de arbitragem, em 2004. Comecei logo a apitar, como estagiária, e lá no final do mês de novembro pra dezembro de 2004, já comecei a trabalhar na área de arbitragem como assistente. Nunca fui central, sempre assistente. É que as vezes não dão oportunidade as mulheres, sempre levam... “Olha tu não dá pra ser árbitra central, tem que ficar lá na linha”. também nós não somos muito dali, a camada feminina, só a Artemiza que está lá, a Leopoldina, depois eu e a Angela Maria. Somos quatro árbitras. Artemiza, Leopoldina, Diolinda e Angela Maria. (Em ordem de idade cronológica). Elas são primeiras de que nós na arbitragem, Artemiza e a Leopoldina. Também são mais velhas do que nós. Artemiza é central, a Leopoldina também. E Angela é central. Eu sou assistente, depois entrou Antônia Marisa Gomes, atualmente está em Luxemburgo. É assistente. (árbitra guineense/2023)

_Tem, tem mais. Estão chegando mais novas, assim né? Mais novas que nós todas. Tem a Santa, Santa Sanca. Quando a Artemiza parou, ficamos ali, quatro. A Leopoldina como chefe da equipa, eu como primeira assistente, Antônia segunda assistente, a Santa tem jogo internacional pra fazer. Às vezes também Santa fica, entra Angela Maria Pepe como quarta árbitra, Leopoldina como árbitra central (...). Temos quase já... 15 árbitras femininas. Artemiza não atua, a Leopoldina também já não atua... Não atua. ela está lá como diretora do Estádio Nacional de 24 de Setembro. (árbitra guineense/2023).

Ao perguntar-lhe se no seu percurso na FIFA integrou o quadro Internacional masculino. Conforme sua trajetória, ela chegou perto. Sua saída do quadro internacional se deu por motivo do teste físico. Ocorre anualmente, por meio de controles e são excludentes (Calheiro, 2017).

Não. Eu só apitei eliminatórias do Campeonato Feminino. (Internacional). Eu estava (na FIFA) em 2013. De 2013 até 2016.

E porque saiu? (Pergunto).

Condições físicas. Já não estava passando no teste físico. (Responde).

Embora tenha sido aprovada algumas vezes, a árbitra informa que não teve êxito em 2016 e não tentou novamente porque a vaga tinha sido ocupada. Como (a pesquisadora que vos escreve) ex-árbitra da CBF, com pesquisa realiza-

da anteriormente, atentei para este fato e insisto questionando, todavia, para compreender se a questão é individual, da mulher. No entanto, ela indica que é institucional:

Verdade. Só que a FIFA não dá essa oportunidade, né? É perdeu, saiu. Não consegue. Na Guiné-Bissau, também, tipo, tem pouco interesse, assim, no... Investir. [...] Temos um... (árbitro) que já não está conosco fisicamente (...), que fazia esses trabalhos físicos de FIFA.

Apesar de sua saída da FIFA, relata que (ainda) há uma mulher guineense. Há mulheres e homens?

Sim. (...) foi participar de um curso lá no Egito, até ela aprovou no teste físico no Egito. É árbitra central.

E os homens? (pergunto).

Muitos. Eles sempre são muitos. Tem essas diferenças. Aqui é o que mais encontra. Tem o Gilberto dos Santos, tem Raimundo, tem o Adailton Maria, tem... tem acho que... Ricardo Oliveira Sanca... são seis. Outros viajaram, se não me engano... ah... Viajaram Reinaldo, Bonifácio. Quatro árbitros FIFA viajaram. (árbitra guineense/2023).

A respeito de ganhos financeiros entre os sexos, a mesma compreende que há igualdade com os homens, na Fifa e nas competições internas. Apesar da igualdade, ao tratarmos sobre a relação entre os sexos no trabalho, nos jogos femininos nacional, ela expressa que os “os rapazes apitam mais jogos femininos que as mulheres”. A partir daí, pergunto: em Guiné-Bissau tem muitos campeonatos de mulheres?

Não. A nossa Federação, como posso dizer? Não é desinteresse, mas também não... Não dão mais ênfase as mulheres. Só se preocupam mais com o jogo dos homens. Veja só, nos jogos femininos não há segurança, acontece mais de manhã, de tarde... (árbitra guineense/2023).

Sobre os horários dos jogos, por ela comentado, lembrei que fui para um dos jogos da competição nacional às 7:30 da manhã. E só havia as jogadoras, a equipe técnica e arbitragem.

Depois, sem ninguém, não há nenhuma representante da Federação ali. Só com Artemisa, ela que dá... essa correria, de fazer ginásio. mas ela só, não consegue fazer tudo. (árbitra guineense/ 2023).

Um dado importante é que na função de treinadora de futebol apenas um registro foi constatado nestas observações, atuando no campeonato feminino, inclusive afastou-se naquele período. Além desta, havia uma iniciante, em curso, através do trabalho realizado pela escola de futebol – Maranata.

Em relação as competições, ela pondera sobre o fato de ter somente uma categoria, uma competição profissional e enfatiza que os homens atuam no comando destes jogos mais que as mulheres. E algumas mulheres não atuam.

Aqui? Não... Porque... o campeonato feminino... Feminino um só.

Só tem uma categoria. Mesmo ali também, no nosso campeonato feminino, veja só. Temos... Temos já quase 15 árbitros femininos, mas pra fazer jogo feminino, e os rapazes apitam mais jogos femininos que as mulheres. (árbitra, 2023).

Nesse universo de 15 árbitras, todas participam? (Pergunto).

Nem todas atuam. (árbitra guineense/ 2023).

Esses fatores: renda, horário de jogos e oportunidades, em especial nas funções de mando, não são africanos, nem são guineenses, em vista de que, são problemas de gênero no futebol em muitos países, conforme pesquisei (Santos, 2021; Calheiro, 2017). De acordo com estes estudos, a desigualdade na renda entre os sexos ocorre mesmo que o pró-labore seja igual, pois, se constitui quando não há várias competições de mulheres e estas não são oportunizadas na mesma proporção que os homens (Calheiro, 2017).

No país em questão, de um lado, as mulheres ocupam espaços de mando nos esportes, do outro, há desigualdades de gênero. Apesar disso, requer refletir se tais questões apresentadas implicam em dominação masculina, “política de gênero” (Calheiro, 2017, p. 241) e/ou hierarquias raciais no interior da categoria mulher, conforme ocorre no Brasil que inclui e exclui guiados por esses sistemas interseccionados em gênero, raça e classe.

Trazendo a função de jogadora para corroborar nas compreensões, é importante o depoimento da coordenadora da Associação “Mulheres Mindjer Ika Tambur” (MIT), contudo, apesar de não ser do campo do esporte ela conta com apoios, para não estar alheia a nenhuma esfera que as mulheres atuam. Uma prova de exercício de militância e comprometimento.

Eu tenho uma rubrica numa rádio, numa das rádios, Rádio Jovem, e tenho um colega que também dá uma rubrica sobre esporte. Então, ele tem muito contato com as meninas que jogam e tal. Foi com ele que fiz o trabalho de entrevista com a Domingas. (Coordenadora da MIT, 2023).

Bom, o que eu analiso das mulheres no esporte aqui na Guiné-Bissau é que é uma coisa ainda muito incipiente. Existem mulheres que realmente jogam, mas não é um setor que é tão valorizado. Como sabemos que a Guiné-Bissau é um país que está em construção, com as suas crises e instabilidades políticas que acabam também afetando várias outras áreas, na qual o esporte não é uma exceção, tanto o masculino como o feminino. Então, mas no feminino se percebe a situação da desigualdade. (Coordenadora da MIT, 2023).

A colonização destruiu socialmente o país, o qual se encontra em situação de reestruturação social (Augel, 2007), bem como, o futebol se encontra em situação de desenvolvimento para ambos os sexos, conforme destacado nestas falas. Além disso, apesar das controvérsias também se constata submissão (cultural) e insubmissão das mulheres, e estranhamente, em Guiné-Bissau há inclusões de mulheres nos trabalhos esportivos, nas funções de mando, ao mesmo tempo em que estes espaços neste território é ocupado majoritariamente pelos homens.

Ao ressaltar dois relatos de atletas em situação de desprezo, nas descrições seguintes, a coordenadora da MIT demonstra a realidade das mulheres nos esportes em Guiné-Bissau: entre o esporte largado a própria conta, o trabalho e a cultura/tradição. Vejamos.

Relato I

Sim, tem o caso de uma jogadora chamada Domingas, ela é atleta. E depois teve um acidente de trânsito teve fraturas na perna e, consequentemente, não pode mais voltar pra arena. Mas ela não teve um suporte da Confederação de Futebol aqui, da Guiné-Bissau. Cheguei a fazer um trabalho com ela, através da rádio, para que possamos di-

vulgar o caso dela, pra saber o que estava a acontecer. Pedindo, de certa forma, SOS pra ela, um apoio para que possa fazer tratamento adequado. Mas não surtiu muito efeito, ainda acredito que ela está internada no hospital, talvez possa ser do seu interesse visitá-la pra poder trabalhar com esses casos. (...). (Coordenadora/MIT, 2023).

Então, eu fico me perguntando, será que uma pessoa que realmente é valorizada na sua área e que tem bom salário, teria necessidade de fazer trânsito, de ficar viajando? Porque ela trabalhava como uma comerciante ambulante, vendia gelos. Nesse período de jejum, dos islâmicos, né? Então, percebe-se muita venda de gelo, talvez na hora de quebra de jejum pra poderem fazer sucos, né? Então, foi nisso que ela entrou nessa temporada, pra poder ganhar alguma coisa, e deu nessa situação de acidente de trânsito. Eu acho que o caso dela também, de certa forma, é um exemplo de outros casos de mulheres que são abandonadas, que não são valorizadas no mundo do esporte. (Coordenadora/MIT, 2023).

Voltando o olhar para os relatos acima, estes mostram a falta de desenvolvimento do futebol de mulheres guineenses. O desprezo às jogadoras quando não são mais úteis para as competições unifica os problemas de gênero mundialmente. Estudos brasileiros evidenciaram que as jogadoras da seleção brasileira ficam pela própria conta quando são descartadas (Moraes, 2014; Joras, 2015) e as que atuam internamente em seus Estados vivenciam a precariedade social. Consciente das mudanças recentes, a história do gênero no futebol, que começa a ser contada revela que são as próprias mulheres, ex-atletas, responsáveis pela (re)existência deste esporte (Santos, 2021).

Vamos ao próximo relato.

Relato II

Além dela [Dominga], eu também conheci uma outra, que também é atleta. Que até, nos últimos tempos... ela passou agora a quebrar... Não sei como é o termo certo. Mas ela vive agora de quebrar pedras pra transformar em cascalho, que se chama aqui na Guiné. E serve pra construção de obras, né, de pedreiros, pra construção civil. Eu acho que esse seria também um caminho, **ouvir essas mulheres**, talvez o testemunho de vida delas pode ser muito interessante pra sua pesquisa. (Coordenadora/MIT, 2023).

No relato destaca-se a categoria classe social e envolve as mulheres no trabalho – quebrar pedras relaciona com a construção de obras/construção

civil e distancia-se do que se conhece no Ocidente como trabalho de mulher. *“Ela vive agora de quebrar pedras”*, impulsiona a duas grandes questões: a falta de trabalho e a não profissionalização do futebol em Guiné-Bissau. Sobre este ponto, conforme constatei, no Brasil há uma política de gênero no esporte em prol da dominação dos homens nas funções de mando (Calheiro, 2017). Em se tratando do país africano, a única afirmação possível para o momento é que: há complexidade na temática do gênero no esporte em Guiné-Bissau. Entretanto, a cultura complexa não explica as violências de gênero, quer seja física, cultural, quer seja simbólica.

Por essa única via do estudo é prematuro afirmar que há uma política de gênero e/ou dominação masculina no mundo do trabalho em Bissau, nem mesmo exclusivamente na esfera futebolística, devido alguns fatores: há inclusões de mulheres nos setores de mando no futebol ainda que, quantitativamente, seja desproporcional ao sexo oposto; os estranhamentos concernente as relações de gênero nos esportes que se imbricam com a questão cultura/tradição; e, como sendo a maior das questões - todas as trabalhadoras da Federação inseridas no estudo são mulheres negras.

Por fim, sou agradecida pela sugestão, nos dois últimos relatos, de ouvir as ex-jogadoras, porém, o curto período (menos de três meses) no país, não possibilitou ir além. Foram muitos os materiais empíricos que proporcionariam dar conta da pesquisa e o alcance dos objetivos. Seria importante retornar para o aprofundamento e ouvir essas mulheres.

Considerações Finais

O esporte, de forma global, tem sido um excelente meio de conhecimento científico, de desenvolvimento e de empoderamento de gênero. Através deste, em Guiné-Bissau tem sido utilizado por algumas meninas e mulheres para a libertação das amarras da tradição generificada. Observa-se, de um lado, violências, desigualdades e limitações de gênero, e do outro lado, a inclusão vem se desenhando na esfera do trabalho esportivo. No que concerne à violência de gênero, está embebida de tradição, no entanto, mudanças vêm ocorrendo, e isso é importante, perpetradas pelas próprias mulheres, corroborada nas reconhecidas ressignificações da tradição, como constata Yolanda Garraão (2022) em seu brilhante estudo.

No contexto interno vislumbra-se o privilégio dos homens guineenses, invisibilizados como tal, fatores abrigados na matriz cultural da tradição, dificultando maiores desenvolvimento de gênero. E ainda assim, chama atenção as mudanças ocorridas e a inclusão no trabalho esportivo, mesmo que tenha sido fruto do empoderamento das mulheres e não dos apoios internacionais. E, apesar da precariedade de gênero no esporte representado pelo futebol, são existentes também no futebol masculino, indicando a complexidade no jogo.

Por este viés e tendo o esporte como veículo as relações de gênero são complexas, mas, todavia, nesta pesquisa, embora que não se tratou de um estudo comparativo, os problemas de gênero nos esportes encontrados se comparam ao Brasil e muitos países do Ocidente, requerendo políticas de desenvolvimento e a meta da igualdade entre os sexos. Desta maneira, não é prematuro dizer que os problemas encontrados no futebol de mulheres em Guiné-Bissau não são questões africanas, são problemas do mundo moderno.

Outro ponto refere-se de fora para dentro: considerando o desenvolvimento mundial do futebol de mulheres é espantoso saber que os guineenses, de ambos os sexos, na modalidade futebolística não estão representados na Copa do Mundo. Aí a reflexão é descentralizada do contexto interno e volta-se para a colonialidade de poder. Desta forma, discutir a interseccionalidade na “África” e em particular neste país é discutir a colonialidade de poder de maneira específica, buscando caminhos.

É complexo, mas é possível e necessário e torna-se importante desenvolver essa discussão dentro e fora do país. Pois, pelo fato das inclusões de gênero em Guiné-Bissau não serem de caráter racial, mas, sexual, a interseccionalidade ajuda a compreender que o racismo, onde existe, é logístico, e, a priori, tudo indica que o racismo não compõe a organização social de Guiné-Bissau e não se constitui nas relações de gênero (Calheiro, 2024).

Embora que o setor esportivo seja retratado como espaço de reivindicação de desenvolvimento de gênero, no entanto, se faz complexo, porque, o desenvolvimento é também requerido por homens, haja visto as sequelas da colonização e o reerguimento do país que ainda está por vir. Apesar disso, dos problemas destacados no país do PALOP em questão, sem termos conhecimentos de um modelo de nação que trabalhe a inclusão de gênero de forma interseccional com a raça, esse se apresenta como modelo que precisamos copiar

no Brasil para melhorar as inclusões de gênero interseccionado com raça, não somente no mundo do esporte, mas, e sobretudo, no mundo do trabalho.

Em suma, devido escassez de materiais bibliográficos nesta temática, os métodos plurais utilizados nesta pesquisa, com um recorte neste texto apresentado como resultado das visitas às instituições guineenses consubstanciadas com as conversas, foram relevantes para que se chegasse a tais conclusões. Contudo, se faz necessário estudos nesta temática sobre interseccionalidade no esporte e trabalho, neste e nos demais países do PALOP e desenvolvimento de pesquisas que vise o aprofundamento destas constatações.

Referências Bibliográficas

ADICHIE, Chimamanda N. **Sejamos todos feministas**. Trad. Christina Baum. 1ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

ADICHIE, Chimamanda. **Para educar crianças feministas: um manifesto**. Tradução Denise Bottman. 1 ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

AMADIUME, Ifi. Theorizing Matriarchy in África: Kinship Ideologies and Systems in África and Europe. In: Oyěwùmí, O. (Org.). **African gender studies: a reader**. Hampshire: Palgrave, Macmillan, 2005.

AUGEL, Moema, P. **O desafio do escombros. Nação, identidades e pós-colonialismo na literatura da Guiné-Bissau**. Rio de Janeiro: Garamond, 2007.

CALHEIRO, 2024. Interseccionalidades em Brasil e África (Palop) na decolonialidade dos corpos: gênero, raça, sexualidades e esporte. In: **Ciência e Arte do encontro: o Rio de braços abertos**. (Orgs.) Jesus, Jaqueline G. [et al]. Campina Grande: Realize Editora, p. 1454-1465, 2024. Disponível em: <https://editorarealize.com.br/artigo/visualizar/106703>.

CALHEIRO, Ineildes. **Corpos, gênero, sexualidades e raça no esporte na África: a crítica queer/LGBTQIA+ africana e a interseccionalidade**. Ponta Grossa – PR: Atena Editora, 2023.

CALHEIRO, Ineildes.; OLIVEIRA, Eduardo. Igualdade ou desigualdade de gênero na África? Pensamento feminista africano. **Revista Brasileira de Estudos Africanos**. Porto Alegre, v. 3, n. 6, p. 93-110, jul./dez. 2018.

CALHEIRO, Ineildes. **As mulheres árbitras de futebol: tecnologias de gênero e divisão sexual do trabalho**. International Book Market Service Ltda: Novas Edições Acadêmicas, 2017.

CEVA, Antonia. et al. Mulheres em Campo Driblando Preconceitos. **Revista do Observatório Brasil da Igualdade de Gênero**. Mulheres no Esporte. Secretaria de Políticas Para as Mulheres da Presidência da República, Brasília, ano IV, nº 6, p. 19-24, dezembro de 2014.

CHIZIANE, Paulina. **Niketché: uma história de Poligamia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2004.

CRENSHAW, Kimberlé. Documento para o encontro de especialistas em aspectos da discriminação racial relativos ao gênero. **Estudos Feministas**, Florianópolis, ano 10, p. 171- 188, 1, 2002.

EKINE, Socare. Narrativas contestadoras da África Queer. **Cadernos de Gênero e Diversidade**, v. 2, n. 2, 2016.

FACIO, Alda. A partir do feminismo, vê-se um outro direito. **Revista Outras Vozes**, WLSA Moçambique. Women and Law in Southern Africa. Maputo, n.15, maio, 2006.

FONSECA, Mariana Bracks. **Nzinga Mbandi e as guerras de resistência em Angola: Século XVII**. Belo Horizonte: Mazza Edições, 2015.

FURTADO, Claudio A. A. Raça, classe e etnia nos estudos sobre e em Cabo Verde: as marcas do silêncio. **Afro-Ásia**, v. 45, p.143–171, 2012.

GARRAÃO, Yolanda V. Monteiro. **O Casamento da Etnia Pepel e suas Resignificações na Contemporaneidade**. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro - UFRRJ, 2022.

GOMES, Patrícia Godinho. “As outras vozes”: Percursos femininos, cultura política e processos emancipatórios na Guiné-Bissau. **Odeere: revista do programa de pós-graduação em Relações Étnicas e Contemporaneidade** – UESB. Ano 1, número 1, Janeiro – Junho de 2016.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano: ensaios, intervenções e diálogos**. Rio de Janeiro: Zahar, 2020.

JESUS, Jaqueline, G. de. **Orientações sobre identidade de gênero: conceitos e termos.** Brasília: Autor, 2012.

JORAS, Pamela S. **Futebol e mulheres no Brasil:** a história de vida de Aline Pellegrino. Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Rio Grande do Sul - UFRGS, Porto Alegre, 2015.

LESSA, Patrícia. Mulheres, corpo e esportes em uma perspectiva feminista. **Revista Motrivivência**, Florianópolis: UFSC, ano XVII, n. 24, p, 157-172, junho, 2005.

MORAES, Enny V. **Fazendo gênero e jogando bola: futebol feminino na Bahia anos 80-90.** Salvador: EDUFBA, 2014.

OLIVEIRA, Megg Raiara. G. **O diabo em forma de gente:** (r)existências de gays afeminados, viados e bichas pretas na educação. Tese (Doutorado). UFPR, Setor de Educação. Curitiba, 2017.

OYĚWÙMÍ, Oyèrónke. **A invenção das mulheres: construindo um sentido africano para os discursos ocidentais de gênero.** Rio de Janeiro: Bazar do Tempo, 2021.

QUIJANO, Aníbal. Colonialidade, poder, globalização e democracia. **Novos Rumos**, v. 17, n. 37, p. 4–28, 2002.

RIBEIRO, Djamila. **O que é lugar de fala?** Belo Horizonte – MG: Letramento, 2017.

Rocha, Eufémia V. Mobilidades e Gênero: deslocamentos e fronteiras na rabidância em Cabo Verde. In: Gomes, P.; Furtado, C. (Org.). **Encontros e desencontros de lá e de cá do Atlântico: mulheres africanas e afro-brasileiras em perspectiva de gênero.** Salvador: EDUFBA, p. 65-87, 2017.

SANTOS, Ineildes C. **Nem mulheres, nem negrxs, nem queer of colour (QOC) na liderança do futebol brasileiro!:** a interseccionalidade no esporte. Tese (Doutorado). Universidade Federal da Bahia – UFBA, Salvador, Ba, 2021.

SANTOS, Joel Rufino dos. **História política do futebol brasileiro.** São Paulo: Brasiliense, 1981.

SANTOS, Jucimar, C. dos. Uma discussão sobre a história da educação da população negra da Bahia. In: PINHEIRO, Bárbara C. S.; ROSA, Katemari. (Orgs.). **Descolonizando Saberes: A Lei 10.639/2003 no ensino de ciências.** São Paulo: Livraria da Física, p. 23-38, 2018.

SEGATO, Rita, L. Gênero e Colonialidade: em busca de chave de leitura e de um vocabulário estratégico descolonial. **E-cadernos-CES**, 18, p, 106-131. 2012.

SIBAI, A. Sirin. Colonialid, feminismo e Islam. **Vento Sur**, n 122, p. 57- 67, mayo, 2012.

SILVA, Cleurismar.; et al. A violência contra as meninas e mulheres: causas sociais e culturais e proteção legal. **CASA DOS DIREITOS**. Guiné-Bissau, 2015.

VILLEN, Patrícia. **Amílcar Cabral e a crítica ao colonialismo: entre harmonia e contradição**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.